

***O indígena nas  
revistas do Instituto  
Histórico e Geográfico Brasileiro:  
entre o problema e a solução  
(1839-1845)***

Luis Fernando Tosta Barbato <sup>1</sup>

Recebido em agosto de 2013;  
Aprovado em setembro de 2013.

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo entender como o elemento indígena foi tratado dentro das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período compreendido entre 1839 e 1845, período no qual o cônego Januário da Cunha Barbosa esteve no posto de primeiro-secretário do grêmio. Tal trabalho parte da necessidade de se construir uma identidade nacional para o Brasil, em um período no qual a fragmentação territorial parecia iminente, e nesse processo, elementos despontaram como marcas simbólicas da brasilidade, entre os quais, o indígena brasileiro. Aqui, buscaremos entender as ambiguidades sobre esse elemento, além de evidenciar a disputa que se dava dentro do próprio IHGB, o que evidencia que apesar de ser uma instituição formada por integrantes de origens e filiações políticas comuns, o debate nem sempre era homogêneo entre seus membros.

**Palavras-chave:** IHGB; Identidade Nacional; Raça; Indígena.

**ABSTRACT**

This article aims at understanding how the indigenous people were regarded by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Review, in the period between 1839 and 1845, when Januário da Cunha Barbosa held the post of first secretary of the institute. This work intends to concur to build a national identity for Brazil in a period when territorial fragmentation

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Trabalho sob orientação do Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca.

seemed imminent, elements having emerged in this process as symbolic marks of Brazilianness, including the Brazilian indigenous people. Here, we seek to understand the ambiguities about this element, besides highlighting the dispute that took place inside the IHGB, which shows that despite being an institution formed by members of common origins and political affiliations, the debate was not always homogeneous among their members.

**Keywords:** IHGB; National Identity; Race; Indigenous.

As povoações gentias(...) são com effeito assas numerosas, e formam por isso um objecto seu, que não merece pequena attenção, e nem pouco reparo sua conservação dilatada em um estado bárbaro, tão prejudicial ao augmento geral desta colonia, como inutil áquelle progresso social, que pretendemos haver dos mesmos índios. (RIBEIRO, 1841, p.1840).

Até a primeira metade dos oitocentos o então recém-independente Brasil se viu em meio a questões que poderiam determinar sua própria continuidade política e territorial. A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a Balaiada no Maranhão (1838 – 1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845), em meio às manifestações de lusofobia ainda presentes e o fantasma da restauração portuguesa, entre tantos outros eventos que atormentavam governantes desse Brasil de meados do século XIX, mostraram que providências precisavam ser tomadas, ou logo o Brasil poderia seguir o exemplo da América espanhola e ser dividido em inúmeros Estados independentes.

Havia a saída militar para conter essa fragmentação, no entanto, essa não era a maneira mais efetiva e nem sempre seus resultados eram os esperados – a perda da Província da Cisplatina para separatistas uruguaios, em 1828, ainda estava muito viva na memória dos dirigentes do Estado. Por isso buscou-se uma outra forma de assegurar a unidade do país: a construção de uma identidade nacional brasileira (PAZ, 1996, p.224-225).

Segundo Hobsbawm, foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político (HOBSBAWM, 1990, p.17-19). Nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso, com um Estado formado, mas sem uma nação própria.

O texto de José Carlos Reis retrata este período. Segundo ele, o Brasil estava fragilizado e necessitava de uma História que falasse das virtudes da jovem nação, que desse orgulho ao seu povo, e assim, confiança em relação ao seu futuro. Nesse momento, o Brasil não precisava de uma História que falasse das tensões e que mostrasse as debilidades do

jovem país (REIS, 2002, pp.25-28). Precisava-se com urgência construir uma identidade nacional brasileira. Mas essa identidade seria baseada em quais elementos?

Nesse quesito, dois elementos podem ser aqui citados como grandes alicerces sobre os quais a identidade nacional brasileira se firmaria no século XIX: a raça e a natureza brasileiras. Afinal, eram eles aquilo que a Europa não era e não possuía, o que, em um jogo identitário que envolvia nações era essencial, afinal, não bastava ser grande e causar inveja, havia também de ser original, único. Nesse sentido, as palavras de José Carlos Reis nos ajudam a compreender melhor como as identidades nacionais deveriam ser em um jogo no qual elas se mostravam cada vez mais importantes:

As identidades são relacionais e mudam em cada relação. A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas. Uma identidade exclui, cria o exterior. Ela é uma homogeneidade interna, um fechamento. É um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas difundidas em lutas históricas. (REIS, 2006, p.12).

Assim, raça e natureza despontaram como aquilo que colocava o Brasil em um lugar especial no mundo, e dava aos brasileiros características capazes de fazê-los distintos, orgulhosamente, de outros povos.

Nesse sentido, os intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, podem ser vistos como alguns dos principais agentes dessa missão de criar uma identidade nacional para o Brasil. Intelectuais oriundos das classes abastadas do Império, a maior parte deles funcionários do próprio Governo Imperial, eles escreveram e compilaram artigos que demarcavam esse centro de um Brasil tropical e mestiço. E é nesses artigos, que guardam todas as particularidades de uma história escrita por letrados ligados ao Governo Imperial, ou seja, atrelados a falar de uniões e belezas, e não de fragmentações e mazelas, é que buscamos observar como o indígena, elemento que era natureza, mas que também era homem, apareceu e foi representado no período.

E nesse jogo no qual raça e natureza ganham destaque como centro de fixação de imagens e representações que deveriam marcar o próprio *ethos* brasileiro, o elemento indígena ocupa um lugar central e muito importante no pensamento dos intelectuais preocupados em dar ao Brasil uma identidade própria. Afinal, ele era o habitante original do país e o típico representante dessas terras situadas no além-mar.

No entanto, seu modo de vida um tanto quanto diferente do padrão civilizacional branco e europeu provocava visões um tanto dúbias dentro do grêmio, contrapondo desde as que o colocavam como símbolo nacional – como é o caso do Romantismo – até outras que pregavam o seu total extermínio<sup>2</sup> - já que eram considerados verdadeiros empecilhos para o desenvolvimento da nação (SCHWARCZ, 1993, p.111-112). Discussão essa que assume importância a ponto de se postergar abertamente até o início do século XX, no qual temos como exemplo a luta do Marechal Cândido Rondon para preservar o indígena, tanto física quanto culturalmente, indo contra opiniões, ainda vigentes, que acreditavam que se houvessem índios no caminho para se chegar às riquezas brasileiras – animais, vegetais ou minerais –, estes deveriam ser eliminados (SKIDMORE, 2000, p. 115-116), evidenciando que as ideias oitocentistas de extermínio indígena em prol do progresso ainda permaneceriam com força em períodos além dos oitocentos em nossa história.

Segundo Schwarcz, a origem dessa questão que traz o índio e o homem branco em lados distintos e antagônicos da história se dá na época das grandes navegações, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante de debates e reflexões, graças a conquistas de terras desconhecidas que originava novas concepções e posturas. Nas narrativas que descrevem essas viagens, que aliavam fantasia e realidade, esses “novos homens” eram frequentemente descritos como estranhos em seus costumes e diversos em sua natureza (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

No entanto, foi somente no século XVIII que esse debate se acirrou, de um lado, a vertente ilustrada encabeçada por Rousseau, que acreditava no princípio da “perfectibilidade”, que ressaltava a capacidade singular e inerente a todos os homens de sempre se superarem. Ou seja, segundo Rousseau, havia a faculdade intrínseca e específica do humano de aperfeiçoar-se e, por esse princípio, não era obrigatório o acesso à “civilização”. A humanidade era somente uma, mas diversa em seus caminhos.

Portanto, segundo essa linha de pensamento partilhada por Rousseau, os homens nascem iguais. Ao analisar as sociedades aborígenes americanas, este intelectual da Ilustração francesa chegou à conclusão que elas se encontravam em um Estado moralmente superior, pois, na sociedade “civilizada”, a evolução social corrompeu a bondade original humana, o que pode ser constatado na frase abaixo:

Pergunto qual das duas – a vida civil ou a natural – é mais suscetível de tornar-se insuportável. À nossa volta vemos quase somente pessoas que se

---

<sup>2</sup> Entre os defensores dessa prática temos o importante historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen.

lamentam de sua existência, inúmeras até que dela se privam assim que podem... Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade pensa em lamentar-se da vida e querer morrer. Que se julgue pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria. (SCHWARCZ, 1993, p. 45).

No entanto, sabemos que essa visão idílica de Rousseau não foi a única que se abateu sobre o habitantes do Novo Mundo. Principalmente na segunda metade do século XVIII, se intensificaram as imagens que os detratavam, juntamente com a natureza do continente. Antonello Gerbi, no mostra – através da análise da obra de intelectuais do século XVIII dedicadas à América - um quadro de suposta inferioridade física do continente<sup>3</sup>, e de uma conseqüente debilidade natural de suas espécies, na qual, “todos estavam condenados por natureza a uma decadência irresistível, a uma corrupção fatal” (GERBI, 1996, p.15-17). Essas teses só arrefeceram<sup>4</sup> em finais do século com o advento das teorias de Humboldt de valorização da natureza e do povo americano, e com a retratação de Buffon sobre a degeneração do homem na América.

Entretanto, é importante frisar que mesmo nessas teses que julgavam ser os homens diferentes entre si – no caso os ameríndios inferiores aos europeus – não havia ainda o conceito de raça da maneira que conhecemos hoje<sup>5</sup>. De acordo com Schwarcz, nesse período de fins do século XVIII, ainda embalados por um otimismo igualitarista advindo da Revolução Francesa, os autores tenderam a considerar os diversos grupos como “povos”, “nações”, mas jamais como raças diferentes em sua origem e conformação (SCHWARCZ, 1993, p. 46-47).

Portanto, se em relação à natureza americana, a imagem positiva foi ganhando espaço no pensamento do século XIX, o mesmo não ocorreu em relação à sua população, que continuou a ser encarada de maneira dúbia, pelo menos no Brasil, como veremos a partir dos relatos das revistas do IHGB.

O indígena causava grande controvérsia nos debates científicos do século XIX. Ao mesmo tempo em que eram tidos como representantes de uma raça inferior, parca de

---

<sup>3</sup> Cabe aqui ressaltar que principalmente no século XVIII corriam pela Europa escritos de nomes como Montesquieu, Buffon, De Pauw, Raynal, Thomas Buckle, entre tantos outros, que pregavam uma suposta inferioridade do Continente Americano em relação à Europa, em virtude, principalmente, de suas características naturais, o que acabava se estendendo à sua fauna e habitantes. Cf. (BARBATO, 2011, p.61).

<sup>4</sup> Usei esse termo porque essas ideias de desigualdade entre os homens somente se atenuaram temporariamente, logo elas voltariam a pregar a inferioridade de certos povos, tendo então como base vertentes científicas surgidas no século XIX, como o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social.

<sup>5</sup> Segundo Schwarcz, o termo *raça* é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, pelo naturalista Georges Curvier, inaugurando, assim, a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

civilização, eram também os primeiros habitantes do Brasil, os habitantes legítimos desta terra, e isso lhes proporcionava uma posição ímpar nesses debates, tanto que, segundo Manoel Guimarães, será em torno do ideário indígena que se travou um acirrado debate em que a literatura de um lado, e a história de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pela figura do indígena (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

Por isso, havia posições distintas em relação ao elemento autóctone dentro do IHGB. Pois, se de um lado, havia os teóricos que viam o indígena como um entrave ao desenvolvimento da nação, do lado oposto havia quem via o índio como um elemento belo, natural do Brasil e dono legítimo dele, e que por isso deveria ser respeitado e preservado, como era o caso das posições defendidas por certos autores do Romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, os maiores expoentes da defesa indígena nesses debates.

Ao contrário do negro, que era na maioria das vezes observado sob uma óptica negativa, considerado incapaz de receber a civilização, o índio não era visto somente como um elemento bárbaro e incapaz de se tornar civilizado, mas sim como um elemento redimível, bastando ações concretas da nação para alcançar tal ideal, ações essas representadas principalmente pela catequização (SCHWARCZ, 1993, p.11-113).

Um exemplo dessa postura que encontramos no IHGB está no artigo de Januário da Cunha Barbosa intitulado *Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas* (BARBOSA, 1839), no qual ele defende a utilização da mão-de-obra indígena nas lavouras do país em substituição ao trabalho escravo africano. Segundo ele, o índio era totalmente apto ao trabalho, bastando apenas que lhes fosse dada a civilização, que consistia em introduzi-los à doutrina cristã e também discipliná-los para o ofício produtivo. Ou seja, civilizar era o mesmo que aproximá-los – o máximo possível – do modelo branco europeu (RODRIGUES, 1995, p.15).

Barbosa defende que o indígena ainda não havia atingido esse estágio de desenvolvimento devido à introdução dos “desqualificados” trabalhadores africanos, que tomaram os postos de trabalho – produtivo – destinados a eles, e que os levariam à civilização. Portanto, podemos notar que, segundo Barbosa, o trabalho civiliza aquele que supostamente estaria imerso na barbárie, sendo isso possível apenas ao indígena, estando o negro, visto sob uma ótica deveras negativa por Barbosa, indiferente a essa civilização trazida pelo trabalho.

Vale ressaltar aqui que Jaime Rodrigues defende que essa proposta de inserção do indígena no sistema produtivo brasileiro, proposta por Barbosa, estava relacionada com a

iminente escassez de mão-de-obra africana , já que o tráfico trasatlântico estava proibido desde 1831, e que logo seria necessário pensar em alternativas para supri-las. Também acredita que esse incentivo à substituição esteja relacionado ao temor da “onda negra”, já que havia exemplos recentes de violentas rebeliões de escravos africanos, como é o caso da Revolução de Santo Domingo e da Revolta dos Malês (RODRIGUES, 1995, p. 9-23).

Assim, a partir desses artigos, podemos destacar outros nos quais o indígena aparece como um elemento passível de ser civilizado e de participar de maneira ativa do progresso brasileiro. Exemplo disso encontramos numa proposta escrita em 1798 por José Rendon – muito parecida com a de Barbosa que vimos a pouco -, na qual ele defende a catequização do indígena a fim de aumentar a população da nação. Segundo esse autor – do qual não temos nenhum dado -, se ensinados desde crianças nos costumes “civilizados”, eles o assimilavam com rapidez, podendo tornar-se robustos trabalhadores, o que, além de contribuir com a agricultura brasileira, livraria o Brasil de parte da necessidade do trabalho africano (RENDON, 1842, p.295-317).

Podemos também tomar como exemplo dessa capacidade do indígena de produzir se observarmos os artigos que tratam das missões jesuíticas, nos quais os frades são acusados de levarem uma vida opulenta graças aos esforços indígenas, o que mostra que se bem guiados e instruídos, os índios podiam participar ativamente do progresso da nação (OLIVEIRA, 1842, p.333).

Podemos comprovar ainda essa visão do elemento indígena como redimível ao analisarmos a tese vencedora do concurso promovido pelo instituto para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* (MARTIUS, 1844) escrito por Von Martius foi o vencedor daquele concurso.

Segundo o projeto historiográfico de Martius, o Brasil deveria assegurar sua identidade e especificidade entre as demais nações no que concernia à miscigenação. Ou seja, caberia ao historiador mostrar que a missão específica do Brasil era realizar a idéia da mescla das três raças, lançando assim os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial.

Cada uma dessas três raças, segundo o artigo de Martius, tinha um papel determinado, sendo o branco responsável pela obra civilizatória do Brasil, o índio, mais uma vez retratado como redimível, era importante por ser o elemento original brasileiro e ao negro cabia uma visão negativa, já que era visto como um empecilho no caminho do progresso

(GUIMARÃES, 1988, p.16-17). Portanto, notamos que na obra de Martius, que contava com a outorga do IHGB, o indígena se mostrava como passível de civilização.

Há ainda outras visões positivas do índio nas revistas, como no relato de um viajante que doou aos índios Appiacás do Mato Grosso algumas sementes e eles delas fizeram bom proveito (GUIMARÃES, 1844, p.306), ou no relato que ressalta “os edifícios, os magníficos templos, ornamentos preciosos, e todas as mais obras que ainda existem, além dos fragmentos de outras já demolidas, e é fácil concluir que elles são originalmente capazes de tudo a que se destinarem” (REBELLO E SILVA, 1840, p.156)<sup>6</sup>.

Ainda encontramos vários relatos que simplesmente os descrevem, como se fossem componentes da natureza, e outros nos quais eles são os protagonistas, nos quais suas danças, seus hábitos, suas crenças, e principalmente suas línguas são densamente descritos, aparentemente de maneira despreziosa. No entanto, Lúcia Maria Paschoal Guimarães nos traz uma explicação bastante interessante para a produção e inclusão desses artigos na revista do IHGB.

Segundo a historiadora, foi a busca das raízes étnico-culturais do povo brasileiro, em um país marcado pela mestiçagem e pelos contrastes, que levou a esses estudos. Isso porque, o mineralogista Roque Schüch, encontrou evidências ao examinar a Pedra da Gávea, de que algumas inscrições contidas nelas assemelhavam-se às inscrições vikings, e isso, aliado às conjecturas da chegada dos escandinavos à América do Norte, logo levaram esse naturalista, e a muitos outros a cogitar a vinda desses povos também para o Brasil.

Com essa hipótese, o Brasil carente de raízes étnico-culturais, e marcadamente mestiço e cheio de contrastes, vislumbrou na chegada desses povos tidos como mais avançados uma grande ajuda na tarefa de ascender o país ao patamar das “grandes nações”. Por isso, o instituto - incentivado principalmente por Martius e Varnhagen – delegou comissões com o intuito de recolher “as possíveis notícias sobre essa grande geração perdida”, e que cuidassem também para promover meios para desenvolver o estudo das línguas indígenas, já que se acreditava estar nelas – principalmente no tupi – os resquícios da pretensa civilização extinta (GUIMARÃES, 1995, p.524-526).

Com o tempo, essas ilusões foram malogrando<sup>7</sup>, à medida que nada era encontrado que confirmasse tais hipóteses<sup>8</sup>. No entanto, as línguas indígenas continuaram tendo grande

---

<sup>6</sup> Nesse artigo podemos observar claramente a influência da “teoria das ruínas” de Humboldt, o que mostra a busca dos intelectuais do IHGB em comprovar que os habitantes originais do Brasil não eram incapazes de progredir, sendo essas provas materiais disso.

<sup>7</sup> Esse desapontamento já se mostrava com a gradual perda do contato com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte – instituição congênere ao IHGB, com sede em Copenhague – que prestava auxílio ao IHGB nesses



importância na revista do IHGB, segundo Lúcia Guimarães, graças a “um fio de esperança de que, há qualquer instante, no seio da inóspita floresta tropical, se abriria uma clareira revelando, enfim, as marcas da pretensa idade de ouro dos nossos autóctones” (GUIMARÃES, 1995, p. 526).

Ao lado dessas visões positivas, que veem no índio um elemento capaz e um possível aliado da nação brasileira, temos vários artigos que trazem os nativos como verdadeiros entraves para o desenvolvimento do país.

A principal crítica a esses elementos acontece devido aos ataques que eles impunham aos exploradores, comerciantes e colonos que passavam por rios ou estradas que cortavam suas regiões, o que para homens preocupados em alavancar a economia colonial, promover a colonização do interior e estabelecer fronteiras, a fim de proteger o território e interligar as desunidas províncias brasileiras, era algo injustificável.

São vários os artigos que retratam esses ataques, e se em alguns os autores dão soluções mais brandas, como é o caso de um artigo que trás o problema dos índios Botocudos, que dominaram as estradas que levavam ao interior da capitania do Espírito Santo, e que ainda as utilizam para promover ataques pelos povoados, e que, segundo o autor, o melhor método para encerrar esse problema seria atrair esses elementos para o convívio da civilização utilizando a “doçura e amizade”, seguindo o exemplo usado na colonização do Rio São Lourenço, na América do Norte (CERQUEIRA E SILVA, 1842, p.246)<sup>9</sup>.

Em outros, a solução encontrada é a redução, ou seja, o extermínio de parte das populações indígenas que promovem dificuldades ao desenvolvimento das mais diversas regiões brasileiras. No artigo - de título bem sugestivo por sinal - *Memória sobre as nações gentias: que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e o unico methodo que seriamente poderá realizal-as* (grifos nossos), escrito em 1819 por um major, e oferecido ao IHGB, podemos notar claramente isso. O autor acusa os indígenas de impedirem o desenvolvimento da região, e vê como solução eficiente para acabar com esse problema a redução desses “entraves” (RIBEIRO, 1841, p.184).

---

estudos. Com a morte de Christian Rafn, em 1864, o principal intermediário entre as duas instituições, a correspondência cessou definitivamente.

<sup>8</sup> A carta enviada pelo Sr. cônego Benigno ao presidente da Bahia, em janeiro de 1845 retrata bem esse desapontamento. Esse homem fora encarregado pelo IHGB de percorrer o Brasil em busca de um monumento antigo brasileiro – “a cidade abandonada” – mas que já estava há três anos na expedição e nada ainda havia encontrado, apesar de haver esperanças (BENIGNO, 1845, p.102).

<sup>9</sup> Opinião que indica uma possível admiração ao modelo de colonização norte-americano, que tinha nos EUA um de seus exemplos de desenvolvimento civilizacional.

Exemplos como esse evidenciam um aspecto que Antonio Carlos Robert Moraes ressaltou sobre o processo de formação nacional, que segundo ele, foi marcado, além da apropriação do espaço, pela exploração do homem. Ele afirma que o colonizador do Brasil – desde os lusitanos que primeiro chegaram aqui, até o fazendeiro paulista - foi impulsionado pela ideia de conquista territorial, e dele usufruiu. Nesse intuito, a população nativa tornava-se um mero recurso do local, que poderia ser útil, aproveitada como escravos ou como trabalhadores livres – em um sistema de exploração não muito diferente da escravidão –, e caso elas se mostrassem como empecilho na conquista ou exploração dessas terras, usava-se como estratégia corrente a eliminação. Ou seja, o foco da colonização brasileira era a terra, e não a população (MORAES, 1996, p.97-103).

Portanto, notamos que, sobre o indígena, apesar da imagem de redimível, pairava a ambiguidade no que concernia ao seu papel no Brasil do pós-independência. De um lado, autores que depositavam as esperanças de que eles poderiam vir a se tornar colaboradores do progresso brasileiro, bastando que o homem branco cumprisse sua missão civilizadora, e os conduzissem por esse caminho. De outro, homens preocupados com o desenvolvimento da nação, que pareciam não estar dispostos a esperar esses índios se redimirem. Afinal, o Brasil precisava avançar a passos largos, otimizando os usos dos recursos que a exuberante natureza lhe provera, e nesse compasso, se esses recursos não fossem adequados, deveriam ser descartados, tudo em nome do progresso da nação.

## REFERÊNCIAS

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)*. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, n. 1, 1988.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

MORAES, Antonia Carlos Robert Moraes. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do “pouco ou nenhum fruto” do trabalho à criação de “uma classe trabalhadora”. *Revista História Social*. Campinas-SP, n.2, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

## FONTES

BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas, etc. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo I, 1839.

BENIGNO, José de Carvalho Cônego. Offício do sr. Cônego Benigno ao exm. presidente da Bahia, o sr. tenente general Andréa, sobre a cidade abandonada que ha três annos procura no sertão d'essa provincia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VII, 1845.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Provincia, então Capitania do Espirito Santo, ao Ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo IV, 1842.

GUIMARÃES, José da Silva. Memoria sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Provincia de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI, 1844.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI, 1844.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. A celebração da paixão de Jesus Christo entre os guaranyes (episódio de um Diario das Campanhas do Sul). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo IV, 1842.

REBELLO E SILVA, Thomaz da Costa Corrêa. Memoria sobre a provincia de Missões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo II, 1840.

RENDON, José Arouche de Todelo. Memoria sobre as aldeas de indios da provincia de S. Paulo, segundo as observações feiras no anno de 1798 – opinião do autor sobre a sua civilização. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo IV, 1842.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as nações gentias: que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e o unico methodo que seriamente poderá realizal-as. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo III, 1841.